

Marcílio quer apressar acordo da dívida

Edson Gêes 04.06.91

Ao contrário da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem pressa em fazer um acordo com os bancos estrangeiros. Ontem, ele afirmou que tem "senso de urgência para chegar a um acordo", e que considera que neste momento "o tempo não está a nosso favor", porque, a avaliação dele, vem aumentando a competição no mundo para receber investimentos quando começa uma retomada do crescimento da economia mundial.

Além disso, o ministro pretende conseguir dos banqueiros desembolsos menores nos próximos cinco anos, período em que há grande concentração de pagamentos da dívida brasileira. Ele garantiu que a troca de negociador da dívida externa (Jório Dauster por Pedro Malan) não significa uma mudança básica na renegociação.

O ministro informou que o presidente Collor terá um encontro com os presidentes das "oito ou 10" maiores empresas de cada setor, na próxima semana, durante sua viagem aos Estados Unidos. Estão confirmados os dirigentes da IBM, Texaco, Alcoa, Xerox, ATT, Cargill, A. Rockwell e Monsanto. Nesse encontro, Collor fará uma exposição das medidas que vem tomando para liberalizar a economia brasileira e garantirá esforços para que o Congresso não dificulte o fim da reserva de mercado na informática e a volta das patentes para medicamentos.

Investimentos

O objetivo do encontro com os empresários é sinalizar que o Brasil já pensa na próxima etapa das negociações externas e quer voltar a receber investimentos estrangeiros. Collor não se encontrará com banqueiros privados. O presidente terá um café da manhã com o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e com o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan. Segundo o ministro da Fazenda, oficialmente o governo norte-americano não pode pedir aos banqueiros que facilitem a renegociação com o Brasil, mas os americanos detêm poder no Banco Mundial, FMI e BID, organismos importantes na retomada de relações com a comunidade financeira internacional. "O presidente Bush pode induzi-los a uma postura mais favorável ou não em relação aos países endividados".

Collor se encontrará com o presidente George Bush na terça-feira

e, entre outros assuntos, discutirá a formação dos megablocos de comércio no mundo (Europa, Japão-Ásia, EUA-Canadá) e a situação da América Latina na nova divisão. Assinará ainda um acordo inicial sobre o Mercosul — Mercado do Cone Sul, que no futuro terá a presença dos EUA. Segundo o ministro da Economia, o presidente Collor deverá conversar com Bush sobre a necessidade de mão dupla na liberalização do comércio entre os dois países e cobrará esforços para que as sobretaxas impostas ao suco de laranja e ao álcool exportados pelo Brasil sejam eliminadas. "Não queremos benefícios especiais, mas também não é justo que existam encargos para o Brasil nesse comércio", disse Marcílio.

Plano Brady

Sem fixar prazos para terminar a renegociação global da dívida com os banqueiros privados, Marcílio informou que o novo negociador oficial da dívida externa, economista Pedro Malan, começará logo depois que o Senado aprovar o acordo de pagamento da dívida atrasada (negociado na gestão da ex-ministra Zélia) a conversar com banqueiros e com o FMI simultaneamente. Revelou ainda que desta vez o Brasil irá explorar ao máximo as facilidades previstas no Plano Brady, que prevê a troca da dívida por bônus com garantia do Banco Mundial, BID e FMI e incentivos fiscais para os bancos norte-americanos que aderirem ao Plano. O país que aceitar o Plano consegue um pequeno perdão em suas dívidas.

As facilidades do Plano Brady foram recusadas pelo ex-ministro Bresser Pereira. Ontem, Marcílio disse que a idéia daquela época, de trocar os atuais papéis da dívida por outros parecidos, realmente não tinha chances de aceitação. "Banqueiros só trocam um papel por outro que tenha no mínimo algumas garantias, mesmo que o valor seja menor", afirmou. O ministro lembrou o acordo feito pelo México, há cerca de dois anos, dentro do Plano Brady. Antes do Plano, entravam anualmente no México cerca de US\$ 700 milhões anuais e, logo a seguir, houve uma entrada de capitais de aproximadamente US\$ 8 bilhões por ano. Marcílio diz que na renegociação "o Brasil não copiará nem o modelo mexicano nem o venezuelano", mas quer as vantagens que os dois países obtiveram.



Sem fixar prazos para término da negociação global, Marcílio diz que o País explorará ao máximo facilidades do Plano Brady